



# Anais da Assembléia

N. 71

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 1986

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 58.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1986

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Acir Mezzadri e Djalma de Almeida César.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Pêricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Tuguio Setogutte (30). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Fiori Luiz, Airton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Hermas Brandão, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Sérgio Spada, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (28).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente, declata aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência

de votação para o Projeto de Resolução n. 28/86 (Mensagem n. 30/86). Ex-Proposição n. 47/86, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com o Município de Clevelândia, de 31.10.84 objetivando a realização da XII Exposição Agropecuária e Industrial; e com o Município de Prudentópolis, de 21.11.84, visando a realização da I Festa do Mel e II Encontro de Agricultores.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, dispensa de Redação Final para o Projeto de Resolução n. 28/86 (Mensagem n. 30/86), ex-Proposição n. 47/86, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com o Município de Clevelândia, de 31.10.84, objetivando a realização da XII Exposição Agropecuária e Industrial; e com o Município de Prudentópolis, de 21.11.84, visando a realização da I Festa do Mel e II Encontro de Agricultores.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, nos termos regimentais, a lavratura, em ata, de voto de congratulações ao Jornal "GAZETA DO POVO", na pessoa do seu Diretor, Doutor Francisco Cunha Pereira Filho; e aos Jornalistas Pedro Domingos Ribeiro e Nery Baptista, pela conquista do primeiro prêmio no Concurso de Reportagens sobre a Estrada de Ferro Central do Paraná, com a reportagem intitulada "Integração Econômica Via Férrea" e aos Jornalistas José Aparecido Fiori e Suely Gomes, do mesmo jornal, pela habilitação em segundo lugar com a reportagem "Paixão Ferroviária".

Requer, ainda, voto similar à Rede Paranaense de Televisão, através da TV Coroados, Canal 3, de Londrina, também representada pelo Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, pela conquista do primeiro lugar, na categoria Telejornalismo, do mesmo concurso sobre a Central do Paraná e aos Jornalistas José Carlos Pedroso (repórter), Jorge Luiz Salim (cinegrafista), Zilma Santos (editora) e Luiz Carlos San-

tos (assistente).

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1986.

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de aplausos ao Município de CLEVELÂNDIA pela passagem do 94. Aniversário de sua Emancipação Política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e todos os Senhores Vereadores.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Quando Clevelândia completa 94 anos de Emancipação Política, constatamos que o Município atravessa fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social.

O Município de Clevelândia faz parte do sudoeste paranaense, estando situado no terceiro planalto.

É o município n. 1, da região e por esse motivo é chamado "PORTAL DO SUDOESTE". De Clevelândia foram desmembrados nada menos que 24 municípios dos que hoje compõem a vasta e progressista região sudoestina.

Através da Lei Estadual n. 28 de 28 de junho de 1892, desmembrado do Município de Palmas, com a denominação de Bella Vista. No dia 10 de agosto de 1908, por Lei Municipal n. 3 e confirmada pela Lei Estadual n. 862, de 29 de março de 1909, o município passou a denominar-se CLEVELÂNDIA, em homenagem ao então Presidente dos Estados Unidos, STEFEN GROVER CLEVELAND que como árbitro, dirimiu a questão de limites entre o Brasil e a República Argentina, relativa ao então Território das Missões, pretendido por aquele País.

Clevelândia, voltada exclusivamente para o desenvolvimento, tem à frente do Município o Prefeito IDEVALDO ZARDO, Vice-Prefeito Senhor CLÁUDIO DE JESUS FERREIRA, bem como todos os Senhores Vereadores imbuídos nos mesmos propósitos para a grandeza do município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador JOSÉ LEMOS FILHO, pedindo a suspensão do Plebiscito marcado para o dia 27 de julho vindouro, em TAPIRA, uma vez que o processo legislativo no âmbito deste Po-

der, não atendeu o disposto contido na Lei Complementar n. 12, Artigo 3., atualizada pela Lei Complementar n. 27, Capítulo III, Artigos 9. e 11 (Lei Orgânica dos Municípios), bem como o Artigo 30, § 3., da Constituição Estadual.

Esta manifestação torna-se imperativa, portanto, uma vez que o Senhor Prefeito Municipal de Tapira faz representação junto a esta Casa de Leis, quanto a aprovação de Projeto de Resolução, posteriormente transformado na Resolução n. 147/85, que autorizou, segundo entende, indevidamente, a realização de Plebiscito em região daquela comarca para fins de anexação de áreas de terras a um outro município.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 152/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - O Art. 171 da Lei n. 6174/70 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 171 - Ao completar trinta anos de exercício, o funcionário terá direito ao acréscimo aos vencimentos de cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

§ 1.º - O funcionário aposentado antes de completar os trinta e cinco anos de serviço para todos os efeitos, observado o que dispõe o § 2., do Art. 138, e que continuar ocupando ou vier a ocupar cargos comissionados ou eletivo, no Executivo ou no Legislativo, terá incorporado aos proventos da inatividade os acréscimos anuais de cinco por cento excedentes aos trinta anos até o limite de vinte e cinco por cento mencionados no caput deste artigo.

§ 2.º - A incorporação desses acréscimos será também imediata, inclusive para efeito de aposentadoria e disponibilidade e computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos.

§ 3.º - No cálculo, para efeito de pagamento do adicional referido neste artigo, será respeitada sempre a soma do vencimento acrescido do anteriormente deferido.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1986.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
Líder do PDS.

#### JUSTIFICATIVA:

Por circunstâncias várias ocorre, amiúde, de o funcionário aposentar-se, embora com trinta e cinco anos completos de serviço, sem atingir os cinquenta por cento como adicionais por tempo de serviço e, mesmo nessa situação, continuar ele ocupando um cargo em comissão pela necessida-

de que tem a administração pública de seu concurso e da sua experiência adquirida após tantos anos de dedicação ao serviço público.

Acontece, também, de o funcionário, aposentado, vir a eleger-se para mandatos legislativos ou executivos, sem que possa, por já estar aposentado, ter incorporado nos seus proventos de inatividade os adicionais que lhe faltaram para atingir os cinquenta por cento.

Se esse funcionário já aposentado, merece a confiança da administração para ocupar cargo comissionado ou se merece a confiança da população que o elege e, assim, continua prestando serviços à coletividade não há razão para que não lhe seja facultada a incorporação aos proventos da inatividade aos acréscimos de cinco por cento por ano excedente aos computados para sua aposentadoria, até o limite estabelecido no caput do artigo 171, da Lei n. 6174/70.

#### PROJETO DE LEI N. 153/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o "CLUBE ESPORTIVO DO DEFICIENTE", com sede nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor, na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1986.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoio: Adhail Sprenger Passos.

#### JUSTIFICATIVA:

O Clube Esportivo do Deficiente - C.E.D.E. - foi fundado por ex-atletas da Associação dos Deficientes Físicos do Paraná. Tem tal Clube finalidades como a de promover e desenvolver a prática dos desportos, intercâmbios esportivos e encontros recreativos que auxiliam para o aprimoramento da aptidão física dos deficientes, além de promover campanhas cívicas e públicas para melhor conscientização de recuperação dos deficientes perante a sociedade. Através desta conscientização conseguem eles melhores condições sociais, conhecimento de seus direitos e obrigações, dados pela assistência jurídica e médica prestada pelo C.E.D.E.

A real preocupação do C.E.D.E. por aqueles é tanta que, é requisito deste a inclusão na Presidência e na Vice-Presidência de pessoas deficientes, qualquer que sejam suas anomalias.

O pedido para Declaração de Utilidade Pública tem por base as dificuldades por que passa o Clube Esportivo do Deficiente, nas quais arrolamos aqui, a falta de um local apropriado e único para treinos; as-

sim como igualmente a falta de material para a prática dos mesmos, pois são eles necessários tanto para seu Bem-Estar físico como mental.

Assim sendo, entendemos procedente o pedido, já que este se encontra em conformidade com a Lei n. 6994/78, que dispõe dos requisitos para a Declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívicas, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná.

Esperamos pelo aceite do pedido pelos ilustres Pares da Casa, onde estarão fazendo a devida JUSTIÇA por aquelas pessoas com deficiência física que são tão marginalizadas e tão pouco amparadas por nossa sociedade.

#### PROJETO DE LEI N. 154/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - O cargo de Diretor Geral do DETRAN, a partir da data da vigência desta lei, passa a ser privativo de Engenheiro Civil ou Arquiteto.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti, Adhail Sprenger Passos, Djalma de Almeida César e Quielse Crisóstomo.

#### JUSTIFICATIVA:

A proposta que apresentamos à apreciação dessa augusta Casa de Leis pretende oferecer um aperfeiçoamento necessário à Lei n. 7811, de 29.12.83, que dá nova organização ao DETRAN.

Entendemos que a função de Diretor Geral do DETRAN deva ser exercida por pessoas com capacitação técnica adequada, dada à exigência de especialização definida e conhecimentos apropriados. Portanto, prossegue o nosso entendimento, trata-se de atribuição privativa de Engenheiro Civil ou Arquiteto.

Como se trata de uma reconhecida melhoria nos serviços prestados pelo DETRAN, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI N. 155/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criado, no Município de São José dos Pinhais, o Distrito Administrativo de MALHADA, com sede na localidade de mesmo nome e as seguintes divisas:

"O ponto de partida, foi cravado junto à ponte sobre o Rio Guaramirin na BR-376 e divisa com o distrito Judiciário São Mar-

cos; deste ponto segue pelo Rio Guamirín, numa distância de 17 km, até encontrar a Serra do Mar; deste ponto segue pela Serra do Mar, numa distância de 10,5km, até encontrar a estrada para Fornainha; deste ponto segue pela estrada para Fornainha, numa distância de 3 km. até encontrar o rio Miringuava; deste ponto segue pelo Rio Miringuava, numa distância de 15 km. até encontrar a estrada que liga Colônia Murici à Capina do Miranguava; desde ponto segue pela estrada acima citada, numa distância de 4,5km até encontrar a BR-376; deste Ponto segue pela BR-376, no sentido Curitiba à Joinville, numa distância de 2 Km até encontrar o ponto de partida".

Art.2.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1986.

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

A Comunidade da Colônia Malhada, no Município de São José dos Pinhais, de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de Distrito.

Com a elevação daquela localidade à categoria de Distrito Administrativo, inúmeros benefícios poderão advir, quer no campo social, econômico e cultural, ajudando para que o crescimento ali verificado não venha a sofrer solução de continuidade.

(Seguem-se documentos anexos).

#### MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO DO DISTRITO JUDICIÁRIO DA COLÔNIA MALHADA, MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR.

ÁREA 130 km.<sup>2</sup>.

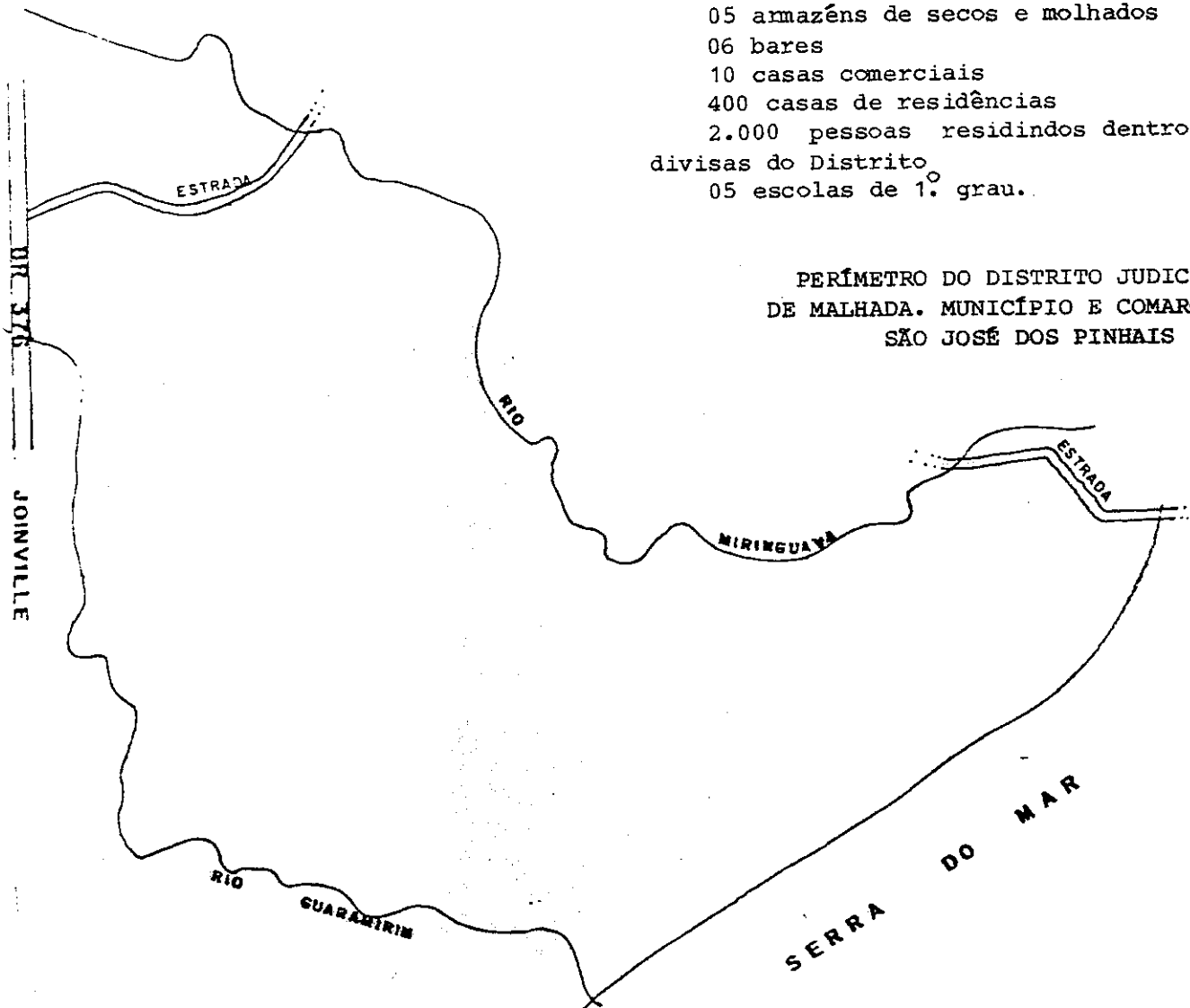
O ponto de partida foi cravado junto à ponte sobre o rio Guamirín na BR-376 e divisa com o Distrito Judiciário São Marcos; deste ponto segue pelo Rio Guamirín, numa distância de 17 Km até encontrar a Serra do Mar; Deste ponto segue pela Serra do Mar, numa distância de 10,5Km até encontrar a estrada para Fornainha; deste ponto segue pela estrada para Fornainha, numa distância de 3 Km, até encontrar o Rio Miringuava; deste ponto segue pelo Rio Miringuava, numa distância de 15 km, até encontrar a estrada que liga colônia Murici à Capina do Miringuava; deste ponto segue pela estrada acima citada, numa distância de 4,5km até encontrar a BR-376; deste ponto segue pela BR- 376 no sentido Curitiba a Joinville, numa distância de 2 km até encontrar o ponto de partida.

Equipamentos Urbanos  
Distrito Judiciário de Malhada

São José dos Pinhais

05 armazéns de secos e molhados  
06 bares  
10 casas comerciais  
400 casas de residências  
2.000 pessoas residindo dentro das divisas do Distrito  
05 escolas de 1.º grau.

PERÍMETRO DO DISTRITO JUDICIÁRIO DE MALHADA. MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR.



## PROJETO DE LEI N. 156/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art.1.º- Fica criado, no Município de São José dos Pinhais, o Distrito Administrativo de MARCELINO com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

"O ponto de partida, foi cravado junto à ponte sobre o Rio de Una, na estrada velha para Joinville; deste ponto segue pela estrada velha para Joinville no sentido de Curitiba, numa distância de 1,5km até encontrar a estrada que vai para o lugar denominado Faxina; deste ponto segue pela estrada que vai para Faxina, numa distância de 4 km, até o lugar denominado Faxina; deste ponto segue pela estrada que liga Faxina à Campestre de Faxina; deste ponto segue pela estrada que liga Campestre da Faxina ao lugar denominado Espigão, numa distância de 6 km, até encontrar a estrada para Colônia Marcelino; deste ponto segue pela estrada que liga colônia Marcelino à Cotia, numa distância de 5 Km, até encontrar a estrada que liga ao lugar Rio Abaixo, numa distância de 3 km, até encontrar o Rio Despique; deste ponto segue pelo Rio Despique, confrontando com o Município de Mandirituba, numa distância de 8 km, até encontrar o lugar denominado Colônia Marcelino; deste ponto segue por linha seca e o Rio dos Pires, ainda confrontando com o Município de Mandirituba, numa distância de 6 km, até encontrar o Rio de Una; deste ponto segue pelo Rio de Una, confrontando com o Município de Tijucas do Sul numa distância de 12 km, até encontrar o ponto de partida".

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1986.

(a) ANIBAL KHURY.

## JUSTIFICATIVA:

A Comunidade da Colônia Marcelino, no Município de São José dos Pinhais, de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de Distrito.

Com a elevação daquela localidade à categoria de Distrito Administrativo, inúmeros benefícios poderão advir, quer no campo social, econômico e cultural, ajudando para que o crescimento ali verificado não venha a sofrer solução de continuidade.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO  
DO DISTRITO JUDICIÁRIO DE COLÔNIA  
MARCELINO, MUNICÍPIO E COMARCA  
DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR.

ÁREA - 61 km<sup>2</sup>.

O ponto de partida, foi cravado junto a ponte sobre o Rio de Una, na estrada velha para Joinville; deste ponto segue pela estrada velha para Joinville no sentido de Curitiba, numa distância de 1,5km, até

encontrar a estrada que vai para o lugar denominado Faxina; deste ponto segue pela estrada que liga Faxina à Campestre da Faxina, numa distância de 6 km, até encontrar o lugar denominado Faxina; deste ponto segue pela estrada que liga Faxina a Campestre de Faxina, numa distância de 6 km, até encontrar o lugar Campestre da Faxina; deste ponto segue pela estrada que liga Campestre da Faxina ao lugar denominado Espigão, numa distância de 6 km, até encontrar a estrada para Colônia Marcelino; deste ponto segue pela estrada que liga Colônia Marcelino a Cotia, numa distância de 5 km, até encontrar a estrada que liga ao lugar Rio Abaixo, numa distância de 3 km, até encontrar o rio Despique; deste ponto segue pelo Rio Despique, confrontando com o município de Mandirituba, numa distância de 8 km, até encontrar o lugar denominado Colônia Marcelino; deste ponto segue por linha seca e o rio dos Pires, ainda confrontando com o município de Mandirituba, numa distância de 6 km, até encontrar o Rio de Una; deste ponto segue pelo Rio de Una, confrontando com o Município de Tijucas do sul, numa distância de 12 km, até encontrar o ponto de partida.

Equipamentos Urbanos do  
Distrito de Marcelino

## Município de São José dos Pinhais:

06 armazéns de secos e molhados

04 bares

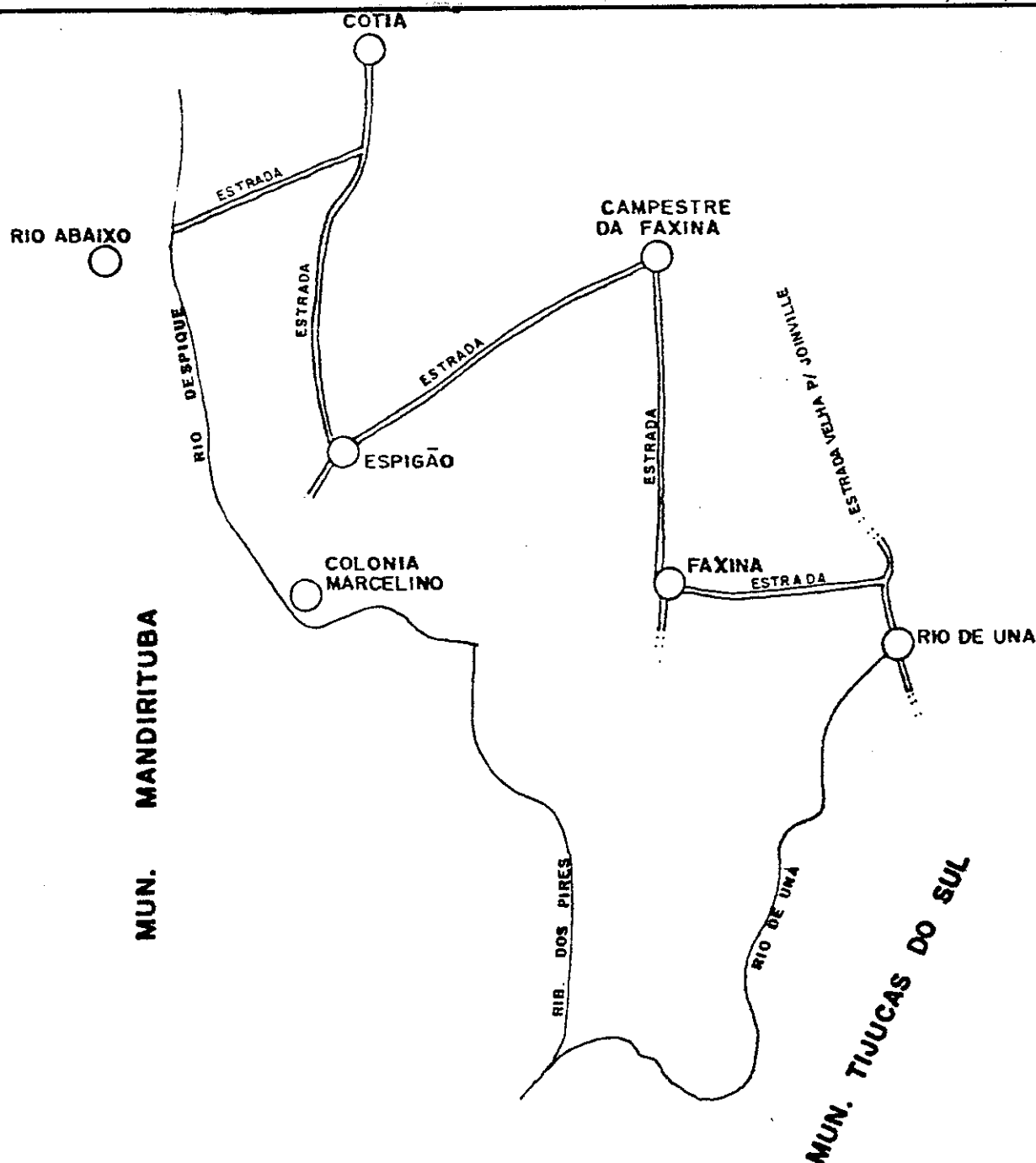
11 casas comerciais

15 olarias

2.500 pessoas residindo dentro das divisas do distrito

04 escolas de primeiro grau, onde se situa o Colégio São José (colégio de Freiras).

PERÍMETRO DO DISTRITO JUDICIÁRIO  
DE COLÔNIA MARCELINO  
MUNICÍPIO E COMARCA DE  
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR.



PROJETO DE LEI N. 157/86  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarado de Utilidade Pública, a "Associação dos Servidores da Secretaria de Estado do Interior" com sede e foro no Município de Curitiba.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1986.  
(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores da Secretaria de Estado do Interior foi criada com o intuito de colaborar com os poderes públicos, no sentido de solidariedade social, com a finalidade de representá-los perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação, citamos alguns, como assistência médico-odontológica, auxílio aos funcionários carentes, promoção de atividades esportivas e o incentivo a confraternização dos servidores daquela Secretaria de Estado.

A documentação que acompanha nossa propositura justifica plenamente as exigências legais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão as atas que acabam de ser lidas. Em votação.

O SR. FUAD NACLI (Pela Ordem) - Nós queremos pedir à nobre Executiva, há mais de quarenta dias pedimos as certidões diárias das Sessões dos Senhores Deputados que comparecem.

Gostaríamos, para que não houvesse mais nenhum pedido neste sentido, se fosse possível nos fornecer as certidões dos Deputados presentes na Casa do mês de junho, porque até a data de hoje não recebemos nenhuma certidão. Vossa Excelência, como 1.º Secretário, assumiu o compromisso comigo de que me entregaria essas certidões, para que não haja dúvida a respeito dos "fantasmas" e daqueles que foram para Carajás com as despesas do dinheiro do povo. Nós gostaríamos de levar em praça pública as denúncias que o Partido do Governo vem pregando pela corrupção do Governo passado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação as atas. APROVADAS.

A Mesa determina ao Diretor do Legislativo que proceda com urgência a entrega das certidões requeridas pelo Deputado Fuad Nacli.

O Senhor 1.º Secretário passará a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Acir Mezzadri, inscrito, no Pequeno Expediente.

O SR. ACIR MEZZADRI - Senhor Presidente, Senhores Deputados (Lê):

"Tivemos a oportunidade de relatar na Comissão de Finanças, da qual também somos o Presidente, o Projeto de Lei n. 126/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 72/86 e que se encontra em apreciação por este Plenário.

Razão essa que nos leva a assomar à tribuna, na tarde de hoje, com o intuito de tecer um elogio ao Governo do Paraná por ter-se integrado a tão extraordinário Programa, que é o PROGRAMA DE PRIORIDADES SOCIAIS, assim como ao Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Urbano, pela implantação do mesmo.

É necessário que se enfatize, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o plano de lei hora em análise é parte integrante de um conjunto de ações governamentais, direcionadas à melhoria de vida das populações carentes, ou de baixa renda.

Sua diretriz fundamental é o combate à fome, à miséria e ao desemprego.

Sem dúvida, Senhores, a concepção de tal Programa é algo notável, pois, seu retorno social, a médio prazo, extrapolará, com certeza, a qualquer estimativa.

Como relator do projeto de lei em tela, que tem por escopo autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, para atender às responsabilidades financeiras do Estado na execução do Programa, não poderíamos nos omitir a este ato, através do qual clamamos aos nobres companheiros, para que apreciem e votem favoravelmente o projeto em questão.

Na Nova República, momento em que o Governo Federal se preocupa com o desenvolvimento e o aquecimento econômico e portanto, o Paraná dá um exemplo, trazendo à baila as questões sociais e, por isso, nobres Deputados, os nossos cumprimentos, os nossos elogios ao Governo do Estado do Paraná".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê):

"Para o setor de telecomunicações no Paraná, 1985 foi um ano extremamente negativo, desaguar natural da política que a TELEBRÁS vinha impondo à subsidiária paranaense desde 1980.

Efetivamente, as telecomunicações no Paraná, conhecidas nacionalmente pela qualidade e abrangência dos seus serviços, méritos conquistados pelo seu pioneirismo nas décadas de 60 e 70, está com suas atividades comprometidas, consequência da desaceleração nos planos de expansão, impostos pelo Governo Federal, através da SEPLAN.

Criada em 1963, a TELEPAR foi pioneira na Discagem Direta à Distância, na integração das sedes municipais ao Sistema Nacional de Telecomunicações, na telefonia rural, nas centrais comunitárias, no vídeo texto, entre outros serviços. Quando, em 1975, a TELEPAR passou a integrar o Sistema Telebrás, do Governo Federal, apresentou grandes índices de crescimento, atendendo a contento a população paranaense. Porém, de 1980 até esta data, fruto da desaceleração nos investimentos, conforme proposta da SEST/SEPLAN, as expansões da Empresa tem ficado aquém das exigências do desenvolvimento do Estado.

Nos cinco anos que precederam 1978, instalaram-se no Paraná, em média, 42.000 telefones por ano; em 1979, foram instalados 70.000, e em 1980, 121.000 telefones. Após aquele ano, a média de telefones instalados começou a decair, contrariando a expansão que o próprio desenvolvimento do Paraná exigia. Em 1981, foram instalados 74.000 telefones e em 1983, foram instalados 45.000. A queda do número de telefones instalados (apenas 37% do que se

ofereceu em 1980) veio aprofundar definitivamente a crise no setor, embora em 1984 e 1985, a oferta de novos telefones tenha alcançado a média de 60.000 telefones por ano, o que fez alcançar quase o patamar dos 50% em relação a 1980. As consequências da política imposta pela SEPLAN, são sensíveis a qualquer usuário dos serviços da TELEPAR: dificuldades no tom de discar, falta de linhas para pronta entrega, demora nas mudanças de endereços, além de cerca de setenta mil pessoas aguardando oportunidade para comprar uma linha. Aliás, em aproximadamente quatrocentas localidades paranaenses, a quantidade de telefones não atende à demanda da população.

Neste momento, no Estado do Paraná, existem apenas 5,56 linhas telefônicas, para cada grupo de 100 habitantes, o que nos deixa bem abaixo das densidades oferecidas no Distrito Federal (12,29%), São Paulo (8,99), Rio de Janeiro (8,61) e Roraima (7,69). Já no Interior do Paraná, região agrícola por excelência, celeiro do País, onde são produzidos 25% dos grãos colhidos em todo o território nacional, vamos nos deparar com uma situação particularmente crítica, onde a densidade de linhas telefônicas é de 3,88 para cada 100 habitantes, sendo que em São Paulo é de 7,87%, no Rio de Janeiro 4,50%, e em Minas Gerais alcança 4,05%. Por outro lado, o Programa de Eletrificação Rural, o "clic-rural", que está sendo incrementado pelo Governo do Estado e que já alcançou a cifra de 36% de propriedades rurais com eletrificação, tem estimulado a procura de telefones rurais, mas diante dos problemas que a TELEPAR vêm apresentando, dificilmente se superará a cifra atual de 5% de propriedades rurais com telefone.

Na verdade, embora a contenção aos investimentos das chamadas empresas estatais tenha-se iniciado em 1980, somente após cinco anos, os efeitos dessa política passaram a ser sensíveis na TELEPAR e isto, deve-se ao fato de, no início da década, a TELEPAR ter "realizado expressivo volume de obras que conseguiram, somadas ao que foi possível executar nos anos seguintes manter a oferta de serviços bastante próximos do demandado pela população. A ruptura entre a oferta e a demanda deu-se em 1985, ano em que a economia agrícola no Paraná ostentou excepcional desempenho". Estas palavras, do Doutor Gilberto Geraldo Garbi, Diretor-Presidente da TELEPAR, expressas no relatório da Administração-1985, demonstram a extraordinária potencialidade da subsidiária paranaense, que não obstante a proibição de novos investimentos, conseguiu durante cinco anos manter seus serviços próximos dos níveis demandados pelo progresso do nosso Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Importa frisar aqui, que a TELEPAR, empresa tradicionalmente "superavitária", está sendo vítima do confuso raciocínio da SEPLAN, que impede que estatais como recursos invistam a totalidade dos mesmos em obras de expansão, obrigando-as, por outro lado, a repassar os seus lucros para viabilizar obras em outras subsidiárias. Só em 1985, a TELEPAR poderia ter investido em obras de expansão 20% mais do que efetivamente investiu. Deste modo, apenas pode dar andamento ao que já havia sido contratado anteriormente, deixando de lado o início de novas obras demandadas pela comunidade do Paraná.

Enquanto isso, a população que está pagando caro para ser bem servida, não encontra nos atuais serviços da TELEPAR essa retribuição; isto, indis põe a comunidade contra a Empresa, muitas das vezes desinformada sobre as verdadeiras causas do problema.

Toda esta situação, demanda medidas que não podem ser postergadas. Somente assim, poderemos, a curto ou médio prazo, solucionar o crítico problema das telecomunicações no Paraná, e evitar que mais uma vez nossas potencialidades sejam encaminhadas a finalidades outras que não à melhoria das condições de vida da nossa gente.

Os recursos gerados pela TELEPAR não devem mais ser carreados para outras concessionárias de serviços integrantes do sistema TELEBRÁS, mas integralmente aplicados no Estado;

A TELEPAR deve ser autorizada imediatamente a realizar todas as obras de expansão que lhe permitam seus recursos próprios, ou seja, autorizada a investir até o limite de sua capacidade de geração de recursos próprios.

Em outras palavras: queremos que tudo o que a TELEPAR possa produzir fique no Paraná, e aqui seja aplicado em obras de desenvolvimento dos serviços da empresa. Chega de extorsões: apenas pleiteamos aquilo que nos pertence de direito, fruto do trabalho do povo da Terra das Araucárias."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli, inscrito.

O SR. FUAD NACLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje viemos à tribuna quase contra a vontade de nossos familiares, porque estamos com passagem, desde ontem, para viajar ao Norte do Paraná. Mas, recebíamos um amigo em nossa casa, que dizia que saía estampado nos jornais do Estado do Paraná, notícia vinculada sobre uma reunião dos



Curitiba, sexta, em 27/06/86

Senhores que fizeram parte da reunião, ontem, do PTB, para "ferrar" este Deputado que se encontra na tribuna, no dia de hoje.

Nós estamos nesta Casa com cinco mandatos, e queremos dar uma satisfação ao povo do Paraná, principalmente aos nossos companheiros. Aqui está estampado, na primeira página do "O Estado do Paraná". O Deputado Hermas Brandão, que não se encontra presente na sessão de hoje, e também em tantas outras, pede o levantamento de quorum dos Srs. Deputados que se fazem presentes para fazer o desconto. Quero cumprimentar o brilhante Deputado pela atitude que vem também cooperar com esse Deputado, que nós estamos solicitando da Mesa, há mais de sessenta dias, as atas dos Srs. Deputados que comparecem a esta sessão.

O que nós estamos encontrando são Srs. Deputados que estão voando pelo Brasil com o dinheiro do povo, com o dinheiro da Assembleia Legislativa, e eles se fazem presentes também nas sessões, nas atas desta Casa.

Mais ainda, à frente, conhecemos perfeitamente a opinião de muitos Srs. Deputados, cuja preocupação, do nosso Partido, ao qual hoje estou filiado - o PTB, é que venha levar ou trazer o seu apoio ao Senador Álvaro Dias ao governo, mas essa preocupação de dois ou três Deputados, não nos preocupa.

No mesmo jornal "O Estado do Paraná", de hoje, e quase em todos os jornais em sua parte política, se referem a este Deputado que aqui se encontra. Não gostaria de ver a situação de alguns dos Srs. Deputados e não desejaria, pois nós, até esta data, não temos a nossa convenção marcada para decidir se votamos nesse ou naquele candidato, ou apoiamos esse ou aquele.

Mas, o que estranhamos, é que a imprensa falada e escrita conhece muito bem este Deputado que aqui está. Jamais fugi da realidade, jamais corri da luta. Anunciei há mais de dois anos que não iria à reeleição.

Nesta data de hoje, quero confessar: não é desta maneira que vão fazer que eu volte a ser candidato, porque é uma decisão que tomei há mais de dois anos, junto com meus familiares, junto com meus amigos. E da tribuna desta Casa de Leis, quando me filiei ao Partido Trabalhista Brasileiro, eu dizia aos meus companheiros de Bancada, que tinha compromissos com Deputados, tanto da Frente Liberal como do PMDB, respeitando os municípios que eles já tinham compromissos, que eu já tinha liberado todos os meus companheiros, prefeitos e vereadores.

Todavia, o que estranho, é que no mesmo jornal dizia que poderia estar hoje

junto com o Senador Álvaro Dias, porque eu deveria estar em Londrina, Bandeirantes, Porecatu e nas regiões, visitando e agradecendo aos meus amigos, aos meus eleitores, por terem me eleito cinco vezes Deputado, e trazido a esta Casa.

É necessário que se diga ao Líder do Partido do Governo, que nós fomos a ele mais de uma vez, saber quais eram as comissões que pertenceriam ao PTB, e ele sempre me respondeu que iria reunir a Bancada. Não fizemos nenhuma exigência, não pedimos nenhuma comissão. Levamos ao Deputado Erondy Silvério, ao Deputado Francisco Escorsin e ao Deputado Gabriel Manoel, que eu tenho um verdadeiro respeito como se fosse meu próprio irmão, porque a nossa amizade está acima de qualquer interesse, como também ao Deputado Erondy Silvério, que aí estão. E eles sabem muito bem que tomei a atitude de consultar o Líder do Governo, para saber se à nossa bancada caberia alguma comissão, já que a Executiva deste poder é toda deste seu governo poderoso que aí está.

Nós que temos um respeito e uma admiração pelo Governador João Elísio, que foi nosso colega, nosso companheiro, e é um homem que vem desempenhando sua função desde que assumiu o Governo com todo o respeito e dignidade, não é por isso que vamos nos vergar a este ou àquele candidato. Nós nos filiamos ao partido de nossa origem, e é por isso que hoje estou aqui.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite um aparte? - (Assentimento)

Vossa Excelência está lembrado que, por ocasião em que Vossa Excelência foi à tribuna defender-se de acusações que lhe teria dirigido o ex-Secretário Francisco Simeão, eu disse que Vossa Excelência é um homem que, pela longa militância nesta Casa, tem um crédito suficiente junto à opinião pública do Paraná. A atuação de Vossa Excelência tem sido insofismável na defesa dos legítimos interesses da terra paranaense.

Vossa Excelência não precisa subir à tribuna para justificar. É aquele velho provérbio: "Se o cachorro me morde o pé, não vou morder o rabo do cachorro". Vossa Excelência não precisa se defender de aleivosias, de ataques que têm o objetivo de diminuir a combatividade que Vossa Excelência vem demonstrando na liderança da nossa Bancada. Nós, os três Deputados que compõem a Bancada do PTB, junto com Vossa Excelência, estamos satisfeitos com a atuação brilhante, enérgica, decidida, e que para mim, - confesso -, foi surpresa.

Vossa Excelência tem sido brilhantíssimo na condução da Liderança do nosso Partido. E esta questão de comissão, temos que nos conformar, somos minoria.

Agora, só lamento que o PMDB não use o mesmo discurso de palanque, de 1982. Lembro-me quando as lideranças do MDB vinham a mim, então líder da maioria, solicitar Presidência de Comissões, às quais nunca negamos; demos até mais do que o número proporcional que sua bancada permitia, na ocasião.

E agora, estranho o comportamento da Liderança do PMDB. No problema de presidência de comissão, deve se ver o mérito do Deputado, jamais o número de Deputados que compõem uma agremiação partidária.

Os discursos do PMDB foram esquecidos. Hoje eles são Governo. Estão fazendo muito pior do que fazia a ARENA e do que fazia o falecido PDS.

Era este o aparte.

O SR. FUAD NACLI - Quero agradecer ao Deputado Erondy Silvério, e dizer ao brilhante Deputado, que foi líder nesta Casa, e eu tive a honra de ser liderado por Vossa Excelência. Jamais Vossa Excelência, como líder, deixou de cumprir seus compromissos. Infelizmente, hoje, parece que não há mais homens para dar suas palavras e responderem aquilo que deve ser dito.

O SR. Erondy Silvério - Cada um dá o que tem, Deputado.

O SR. FUAD NACLI - Quero dizer ao Deputado Erondy Silvério que é uma necessidade o fato de vir à tribuna, porque a maioria dos eleitores lêem noticiários, e as notícias de alguns Deputados que querem criar uma polêmica ou uma confusão com respeito à CAFE do Paraná, precisam de uma explicação. Não nego e confesso: é um direito que tenho de reivindicar uma estrada que está abandonada pelo Município de Umuarama; está abandonada pelo Estado aquela bacia leiteira. Reivindiquei e não fui atendido. Pedi a diversos Deputados.

No fim do ano passado, quando se votava o projeto, pediram que deixasse que eles iam fazer. Uma questão - não sei se pessoal ou contra mim.

Para que eu chegasse em minha propriedade, numa estrada que liga mais de 50 proprietários, tive que comprar uma Toyota. E aqui, no jornal de hoje, dizem que é um problema pessoal. O irmão do Senador Álvaro Dias, Osmar Dias é meu amigo e o respeito. Mas ninguém dos Srs. Deputados desta Casa, nenhum dos Srs. Parlamentares, me viu entrar na CAFE do Paraná, me viu numa Secretaria reivindicar, desde que passei a ser oposição, porque perdemos a eleição.

Sabemos ser oposição e soubemos ser Governo. Sempre respeitamos o nosso colega, desta Casa.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte? - (Assentimento) Obrigado. Vossa Excelência sabe, a Casa sabe, todos os companheiros sabem da dedicação e do respeito que temos por Vossa Excelência, como amigo, como companheiro. Quando estávamos por cima, quantas e quantas vezes vi Vossa Excelência ajudar os nossos amigos Deputados da Oposição. E hoje, o problema é assim mesmo: "Não se atira pedra em árvore que não tem fruto".

O Deputado Hermas Brandão não nos atingiu. Atingiu no global, o Governo do PMDB, e os homens íntegros da Comissão Executiva deste Parlamento.

Quando ele fala que quer certidões, quando o seu partido está mandando na Assembléia Legislativa e no próprio Governo do Estado, nós pensamos naquela frase de Cristo: "Quem estiver isento de culpa, que atire a primeira pedra".

Procuramos denegrir o Parlamento que nós temos humildemente que sair daqui há seis meses, procurando atingir todos os companheiros da Assembléia, e não atinge Vossa Excelência, Deputado Fuad Naci, atinge a Comissão Executiva, que tem o nosso respeito, que tem o respaldo de toda a bancada do PMDB e das Bancadas de Oposição, e talvez o ilustre Deputado Hermas Brandão, num momento impensado, não visse que a Assembléia é dirigida por homens íntegros, homens que pertencem a seu partido.

Como pode revoltar-se contra uma estrutura que é digna, e procurar denegrir, Sr. Deputado Fuad Nacli, por querer fazer uma vindita pessoal contra a nossa bancada. Queria fazer minhas as palavras do Deputado Erondy Silvério. Vossa Excelência goza do nosso respeito, e por sorte nossa, do nosso velho PTB, é o nosso líder incontestado.

Muito obrigado.

O SR. FUAD NACLI - Agradeço o aparte do ilustre Deputado Gabriel Manoel, mas quero deixar aqui registrado nos Anais da Casa, porque no ano que vem, se Deus quiser, quero estar com meus familiares.

Eu gostaria de deixar esta Casa e voltar para a minha casa, como que esta Casa fosse minha durante vinte anos, com todo o respeito que tenho pelo Deputado que preside a sessão de hoje, Deputado Anibal Khury, quero confessar aos Srs. Deputados que, numa solicitação, nos projetos que não passaram pela Comissão de Finanças, eu declinei para que votassem os Projetos de Lei n. 97, 137, 195 e 86/86, sem nenhum Parecer da Comissão de Finanças. Mas quero dizer aos meus amigos, desse respeito que tenho, não só pelo Deputado Anibal Khury que hoje preside a sessão, e é o Primeiro Secretário, mas de tantos

outros Deputados que se encontram presentes nesta Casa, Deputados novos que estão na primeira legislatura e que temos todo o respeito e carinho.

Queremos deixar bem claro que o Regimento Interno da Casa é bem claro. O Regimento Interno terá que ser seguido, e nós que nunca o trouxemos para o Plenário.

Para não dizerem que nós somos criadores de problemas, queremos dizer aos nossos companheiros de bancada, já que o Partido do Governo fecha questão nas presenças dos Srs. Deputados, vamos procurar trazer o Regimento da Casa à sessão, para que sejam votados os projetos que estiverem na Ordem do Dia, sem os pareceres e sem as Comissões instaladas.

Estaremos aqui vigilantes até o fim do nosso mandato, procurando um a um e pedimos, encarecidamente àqueles que nos consideram e que têm o nosso respeito e admiração, que não me façam mais pedidos e que não me venham pedir por favor, porque precisa passar este ou aquele projeto, porque a maioria dos Srs. Deputados desta Casa é composta pela bancada do PMDB, eles têm número suficiente para votar todas as matérias que vêm para esta Casa, todas as mensagens, todos os pedidos de informações; rejeitá-los ou votá-los favoravelmente. Não precisam da minoria, não precisam, como disseram, do Deputado Fuad Nacli, mas eles esqueceram que vamos estar vigilantes à Ordem do Dia, coisa que nunca fizemos, por uma questão de respeito e de amizade.

Ainda na data de hoje, recebíamos um amigo, Prefeito do Interior, e dentro desta Casa, um pedido que foi rejeitado para a realização do plebiscito e foi modificado e mandado para o Tribunal.

Vejam vem, o que tem acontecido nesta Casa. Temos um pedido há dois anos engavetado, mandamos para a Comissão de Corrupção, e até hoje não recebemos o pedido de informações. O que caberia a nós dizermos, nesta Casa, se ela já tem um olhar na opinião pública, muito mal vista? Não gostaríamos de estar aqui, nesta tribuna, para fazer o comentário que estamos fazendo hoje.

Pedimos aos Srs. Deputados que estão presentes nesta sessão, hoje, que conhecem muito bem o Regimento Interno, e se nós tomamos a medida para pedir verificação de "quorum" e número, foi porque o PMDB, desde o dia 15, que foi instalado, indicadas as Comissões, houve sequer até o presente momento, dizendo qual seria a proporcionalidade de nós pertencermos às Comissões Permanentes desta Casa.

Ainda mais, queremos lembrar à Executiva deste Poder, que todos os requerimentos, quando se dirige uma comissão, ou especial ou de visita, deverão ser consulta-

das as bancadas que têm interesse ou não de participar, porque não se justifica que se pregue em palanque, que se pregue em praças públicas que é um Governo transparente, que é um governo que quer dar demonstração de trabalho e que vai a Carajás o ex-Secretário da Indústria e Comércio, esquecendo que tem hoje um homem digno e respeitado pelo Paraná, que é o atual Secretário Fernando Miranda, que teve a sua Secretaria achando que o Secretário que deixou o cargo para disputar uma eleição para Deputado Federal, mas infelizmente muitos acham, mas eu complemento, como já complementei aqui a Bancada do PMDB, temos que acabar com os corruptos e desonestos, porque quem assiste o "Bom Dia, Paraná", como eu tenho assistido, vê muito.

Hoje, um candidato a Deputado Federal, ex-Procurador do Estado, dizendo que precisava controlar mais as despesas, mas estamos vendo aí, aviões atravessando todo o território do Paraná, como se fosse um verdadeiro Ali-Babá gastando fortunas, fortuna para se eleger Deputado Estadual ou Federal.

É uma das razões que volto para minha Casa, e desta tribuna, irei denunciar todos aqueles que forem aos meus municípios onde fiz política, comprar cabos eleitorais, fazer derramamento de dinheiro e comprar a consciência para ludibriar o povo, mentindo e enganando.

Deixo a Assembléia mas não deixo de ter a coragem, a honradez e a dignidade de vir aqui a esta tribuna, coisa que nunca fiz, acusar todos os corruptos, sejam do BADEP, sejam do Banco do Estado, sejam das negociatas da CAFE do Paraná, sejam das corrupções que aí estão.

Eu tenho, graças a Deus, no meu arquivo, na minha casa, documentos que comprometem muitos dos Srs. que pensam que estou esquecido. Poderão ficar tranquilos, ninguém vai fazer calar minha voz. Só tem uma forma: mandem me matar, mandem-me para o cemitério. Não é com ameaças que vão me fazer calar.

E quero dizer à Presidência que está em exercício e que conheço muito bem, que tomei uma atitude, hoje, com minha esposa: vou levar a minha família, mas irei à tribuna para denunciar os corruptos e desonestos, porque tenho tradição, graças a Deus, e vejo negociatas zerando contas de muitos homens que não têm nada para responder e, nós, às vezes, quando procuramos algum amigo, eles procuram nos humilhar, dizendo que nós somos do Governo passado, que todos são corruptos, esquecendo que aí está o Presidente da República, José Sarney, que foi do Governo passado.

Esquecem aí, muita gente, que Jayme Canet foi do Governo passado, e tem a sua

honradez, a sua dignidade, e é um homem correto. Se ele fosse o candidato, eu não estaria aqui hoje; estaria percorrendo o Estado do Paraná para pedir voto a um homem que soube honrar o seu Estado, que soube honrar a sua palavra.

Ao Deputado que preside a Mesa, ao Primeiro Secretário desta Casa, e ao Segundo Secretário, às Lideranças podem ficar tranquilos, eu não vou Criar Comissão de Corrupção, Deputado Rubens Bueno, mas vou trazer provas concretas e positivas, porque não adianta fazer passeatas para Carajás, para enganar o povo, para arrumar votos...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa ao Deputado que está esgotado o seu tempo e vai lhe dar mais dois minutos para a conclusão do seu discurso.

O SR. FUAD NACLI - Quantos minutos, Sr. Deputado?

Não é com a promessa da Estrada da Ferrovia da Soja que vão enganar o povo do Sudoeste e do Oeste, enganando...

O Sr. Nestor Baptista - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. FUAD NACLI - Desde que a Presidência me permita terminar, eu concedo o tempo necessário.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa que Vossa Excelência tem dois minutos para a conclusão do seu discurso.

O SR. FUAD NACLI - Eu pertendo à Presidência se poderei fazer uso do Horário da Liderança, em seguida.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência terá o direito, se quiser, de fazer uso da palavra no Horário da Liderança.

O SR. FUAD NACLI - Em seguida. Agora, darei o aparte ao nobre Deputado Nestor Baptista, líder da Bancada.

O Sr. Nestor Baptista - Eu declino do meu pedido de aparte, nobre Deputado. Usarei o Horário da Liderança do PMDB.

O SR. FUAD NACLI - Quem sabe não entendi. Eu continuo usando o Horário da Liderança...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai proceder à chamada, para uso da palavra, no Horário da Liderança. Concedo a palavra, à Liderança do PTB.

O SR. FUAD NACLI - Permito o aparte ao nobre Deputado do PMDB.

O Sr. Nestor Baptista - Apenas usarei o horário, nobre Deputado Fuad Nacli, na liderança do PMDB, para não aceitar a vossa colocação, de que houve um passeio para Carajás.

Eu estive incluído nesta delegação, uma viagem altamente informativa para os Deputados da Assembléia que lá estiveram, de todos os Partidos, inclusive os Deputados Werner Wanderer, Edgard Pimentel, Mário Pereira, e nós fomos conhecer o que é a Vale do Rio Doce, fomos conhecer também o que é o Projeto Carajás e o que significará a Ferrovia da Produção, para o Paraná e para o Estado do Mato Grosso.

Como não aceito a colocação que foi um passeio, usarei a Liderança do Partido, para contraditar a colocação de Vossa Excelência.

O SR. FUAD NACLI - Com todo o respeito, Deputado Nestor Baptista, se Vossa Excelência não aceita como passeio, eu acredito que Vossa Excelência traz subsídios para esta Casa, daquela estrada, daquela rodovia. Nós queremos dizer que consideramos um passeio, porque, saindo da Assembléia, indo a Brasília, indo a Carajás, não deixa de ser um passeio, depende da forma que Vossa Excelência queira interpretar.

O Sr. Nestor Baptista - Nove horas dentro de um avião, grande passeio, Deputado!

O SR. FUAD NACLI - Depende do tipo de avião. Se for uma boate, uma boatinha voadora, nós também ficaríamos satisfeitos, mas não participamos, não conhecemos e queremos, antes de finalizar, dizer que teremos muito ainda até o término deste mandato, para poder dialogar com os Srs. Deputados e discutir.

Queremos agradecer a todos os Srs. Deputados, e vamos deixar uma situação definida, nós usamos até o presente momento o horário do Sr. Deputado, e nós temos o direito, no Grande Expediente, e declinamos do Horário da Liderança, porque subimos a esta tribuna para fazer uso, em nosso nome, e agradecemos aqueles apartes que recebemos dos Deputados Erondy Silvério e Gabriel Manoel, e queremos agradecer à Executiva e aos Srs. Deputados pelo tempo que tomamos hoje.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PDT, se fará uso do seu horário. (Pausa)

Ausente, consulto a Liderança do PCB.

Ausente, consulto a Liderança do PDS.

Ausente, consulto a Liderança do PFL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa tem sido alvo, nestes últimos dias, através de manchetes dos jornais e órgãos da imprensa do Estado, principalmente pelo fato de um veículo da Terceira Secretaria ter sido envolvido em contrabando, em "muamba", como dizem em Foz do Iguaçu e São Paulo.

Alguns Deputados desta Casa, se pronunciaram a respeito.

O Deputado Rubens Bueno, por exemplo, pediu à Administração da Casa, que os fatos fossem apurados rigorosamente. Ora, não poderia ser de outra forma.

Ainda ontem, assisti num dos canais de televisão de Curitiba, o ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, dizendo, em virtude dos anúncios que desprestigiam esta Casa, a que me referi, que ele jamais usou de mordomias da Assembléia Legislativa, "que nunca praticou mordomia oferecida pela Assembléia". Não só Sua Excelência o Deputado Adhail Sprenger Passos, como alguns Deputados do PMDB, os quais ele nominou, todos do PMDB.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Assembléia Legislativa do Estado, é administrada, gerenciada por uma Comissão Executiva, toda do PMDB, que tem tomado suas decisões principais e fundamentais desta Casa, por orientação da sua Bancada Majoritária, que tem se reunido constantemente, para decidir coisas importantes desta Casa.

E agora eu vejo, depois de tantas coisas, especialmente no Jornal "O Estado", de Curitiba, que tem, através de seu editorial, reiteradas vezes se referido à Administração da Assembléia, ao comportamento dos Srs. Deputados Estaduais.

Vejo-me na obrigação de vir aqui, também da tribuna, para dizer que nós, da Oposição, é que estamos distantes de mordomias. Se mordomias existem na Assembléia Legislativa, nós não as conhecemos, porque estamos à margem da Administração. Tanto assim, Srs. Deputados, que não participamos da Administração da Casa.

Acredito mesmo que esses fatos que têm ocorrido, que denigrem o Poder lá fora, junto ao povo, foi o fato das despesas do Poder Legislativo, que andavam, até 1982, na Casa de 1% da receita do Estado, aproximadamente, ter sido elevada para mais 3%. Daí, aconteceram os fatos que apresentamos.

Referi-me, Srs. Deputados, a um requerimento feito por este Deputado, em março de 1984, que pedi informações sobre o quadro de funcionários da Assembléia. Mais que isto, sobre as contratações feitas de 1982 até março de 1984, e perguntava os dispêndios, as despesas do Poder Legislativo daquele período, para caracteri-

zar, para conhecer o cuidado que tinha a administração do PMDB, na Casa do Povo, em relação aos partidos anteriores.

Por isso, Srs. Deputados, a informação pedida não foi trazida, não foi atendido o meu requerimento. Deputados de algumas legislaturas, Secretários, não mereciam sequer a informação que é devida constitucionalmente, regimentalmente.

Por isso, venho aqui para dizer que o PMDB tem muito a esclarecer ao povo do Paraná, principalmente nos palanques públicos. Ainda ontem, anteontem, quando eu me pronunciei contrário a uma emenda apresentada pelo Deputado Ervin Bonkoski, introduzida numa mensagem do Executivo que se referia à estrutura do CREA, ou de interesse de alguns funcionários da Secretaria das Finanças. O Deputado Ervin Bonkoski, que não estava presente, que não defendeu a sua emenda, apresentou a Emenda n. 132/86, alterando substancialmente o quadro de funcionários desta Assembléia. E eu me pronunciei contrário, Srs. Deputados, não pelo mérito, mas pela forma.

Eu acho que nós, Deputados de todas as Bancadas que compõem este Poder, precisamos saber das coisas que aqui acontecem. Nós temos que saber quantos somos, o que somos, quantos funcionários nós tínhamos, quantos nós temos, quando foram admitidos por concurso ou por contrato, recentemente.

Esta Casa, nós falamos a todos aí fora, que é do povo e a ele pertence, mas na verdade, aqui o povo está à margem.

Portanto, Srs. Deputados, ainda agora, consta da Ordem do Dia, este Projeto de número 195/85, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti e outros, que também se refere ao Quadro da Casa. Sem pareceres, Srs. Deputados, principalmente sem o pronunciamento da Comissão Executiva, a exemplo da emenda apresentada, a que me referi, do Deputado Ervin Bonkoski.

Eu não sou contra a emenda no seu mérito, nem ao projeto. Eu quero discutir, nós precisamos conhecer o que se passa na Casa. E não entendo como um projeto que muda o funcionamento, a estrutura, altera a estrutura da Assembléia, não tenha o parecer das Comissões Técnicas e, principalmente, eu repito, da Comissão Executiva, responsável pelas coisas desta Casa.

Por isso, Sr. Deputado, eu gostaria, de ainda, se possível, a informação pedida em 1984. E, ainda, se a Comissão Executiva permitir, informar-se sobre os mesmos itens que se referem no requerimento, também o quadro e a situação atual.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa, que seu tempo está esgotado e

lhe concede mais dois minutos para a conclusão de seu discurso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Concedo aparte ao nobre Deputado, contanto que ele seja conciso, dentro do tempo.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Basílio Zanusso, Vossa Excelência vai à tribuna e cita uma entrevista do Deputado Adhail Sprenger Passos.

É evidente que eu também ouvi, ontem, através da TV Iguazu Canal 4, quando ele coloca que "dentre os Parlamentares" e citou alguns nomes, inclusive o meu, e pela amizade e carinho que nos une, e pelo trabalho que sempre desenvolvemos nesta Casa, mais do que por qualquer outra questão, então, "dentre os parlamentares", quer dizer, Vossa Excelência com certeza, até pela sua conduta nesta Casa, está incluído entre os Deputados que não usam e nem abusam desse tipo de mordomia.

Devo só esclarecer a Vossa Excelência, que fui convidado a participar de três Encontros da União Parlamentar Interestadual, representando a Assembléia Legislativa, basicamente a nossa Bancada, o PMDB. Um foi em Brasília, outro no Rio de Janeiro e o outro, em Florianópolis. E destas três viagens, eu reunião da Bancada do PMDB, eu prestei contas da minha viagem, o que fui fazer, o que realizei, e o que realmente aconteceu, inclusive os valores dispendidos. E apresentei, na tribuna desta Casa, as três viagens, prestando contas daquilo que fui fazer.

Infelizmente, nunca mais fui convidado, e talvez seja por isso que eu não tenha mais sido convidado, para representar esta Casa, fora do Estado do Paraná.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Esta Casa reconhece perfeitamente o posicionamento de Vossa Excelência, tanto quanto do Deputado Adhail Sprenger Passos, e eu refiro a Vossa Excelência com o maior respeito, porque conheço e acompanho de perto o trabalho de Vossas Excelências, mas julguei necessário.

E, concluindo, Sr. Presidente, já que Vossa Excelência me concedera dois minutos, narro estes fatos para dizer da importância, da oportunidade, quando o Sr. Governador, agora João Elísio, volta de Brasília dizendo-se feliz porque conseguiu mais vinte milhões de dólares para a rolagem da nossa dívida externa, a um Estado que está se endividando externamente, que está para emitir letras, agora, de sua responsabilidade, internamente. O Poder Legislativo precisa cooperar com o desenvolvimento do Estado, cuidando do erário público, do dinheiro do povo, do imposto do povo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) A Mesa concede a palavra à representação do PL. (Pausa)

Ausente, concedo a palavra à representação do PMDB.

Falará o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não vou me prender à resposta do Deputado Fuad Nacli. Apenas, como já foi feito aqui pelo Deputado Mário Pereira e também pelo Deputado Vice-Líder da Bancada do PMDB, Odeni Mongruel, fazer, rapidamente, um relato da viagem realizada por alguns Deputados: Edgard Pimentel, Werner Wanderer, Edilson Alencar, Mário Pereira e eu. Dizer também que, nesta viagem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estiveram feitos de dezenas de cidades do Oeste do Paraná. Estiveram dezenas de vereadores, empresários de todas as cidades do Oeste do Paraná e algumas cidades também do Sudoeste do Paraná, além de políticos e empresários do Mato Grosso do Sul.

E foram, esses empresários e esses políticos, conhecer o que é Carajás, conhecer a Vale do Rio Doce, um conglomerado de 14 empresas, que modificou a feição do Norte e do Nordeste do país, porque não, através de uma empreitada de exportação que serve de exemplo para o mundo, e poderá servir, perfeitamente, de exemplo para o Estado do Paraná.

Recentemente, Sr. Presidente, estive no BNH acompanhando o governador João Elísio, mais os Secretários das Finanças, das Comunicações e o Chefe da Casa Civil. E ficou a Direção do BNH surpresa com a presença de paranaenses na sede do BNH no Rio de Janeiro.

Surpresa, por quê? De 1983 para cá, os paranaenses começaram a ir ao BNH, aos Ministérios em Brasília, e passaram a exigir, a cobrar do Governo Federal, o atendimento que não era dado ao nosso Estado. E ouvimos de um alto dirigente do BNH, que a sua surpresa se verificava no seguinte: ia um, ia dois ou três pedir pelo Paraná, e em seguida iam quatro ou cinco pedir para que aquele pedido não fosse atendido. Existe uma historinha de um caldeirão que o paranaense quer sair da água que está fervendo e tem um paranaense que está puxando o pé. E é uma grande realidade.

Conhecemos, portanto, nos anos que passaram, e temos agora alguns movimentos estudantis e de professores, e até da área ligada à educação no Paraná, preocupados com a federalização de faculdades ou de universidades paranaenses, porque paranaenses que ocuparam até o Ministério da Educação, jamais se preocuparam com a edu-



cação em nosso Estado.

Mas, não foi nenhum passeio feito a Carajás ou a São Luís do Maranhão, ou a Vitória no Espírito Santo: quase nove horas de avião, visitando Carajás, o Porto de São Luís, o Porto de Vitória, as usinas de minério desses portos. Uma viagem altamente informativa, altamente cansativa e, às vezes, até enfadonha, porque saía do avião, entrava no ônibus, saía do ônibus entrava no avião.

Pois bem. O Presidente José Sarney, que para surpresa de milhões de brasileiros está modificando a feição deste País, e até me confesso surpreso pelas atitudes que têm sido tomadas pelo Presidente da República, demonstrou um conhecimento maior do que muitos políticos paranaenses com muitos mandatos no Paraná, a respeito do que é a Ferrovia da Produção, do que trará de benefícios para o Paraná, do que trará de benefícios para o Mato Grosso, do que trará, enfim, de benefícios para o Brasil.

E fomos conhecer Carajás. Não fomos em "boatinha voadora" alguma. Afinal de contas jamais viajei no avião do Governo do Estado do Paraná e nem fui também por conta da Assembléia Legislativa nesta viagem, nem por conta da Liderança do PMDB, nem por conta da Bancada do PMDB.

E até parece que o Estado do Paraná nunca teve aviões, aliás, tinha vários. E no Governo José Richa, tivemos um avião para fazer a economia que o Estado do Paraná estava precisando e para não ver o nosso Governador morrer num avião que estava caindo aos pedaços, usado muitas vezes pelos Deputados de plantão no Palácio Iguaçu, na época da ARENA e na época do PDS.

Mas, o que é a Ferrovia da Produção? O Presidente José Sarney deixou bem claro de viva voz, que um transporte por tonelada, custa de Carajás a Itaquí, no Maranhão, exatamente 25 dólares; uma tonelada transportada de Cascavel ao Porto de Paranaguá custa 10 dólares. E a mesma tonelada transportada de Paranaguá ou do Porto de São Luís do Maranhão ao Japão, custa 18 dólares.

Não poderia haver da parte do Presidente da República, melhor exemplo. Se do Brasil ao Japão uma tonelada custa 18 dólares, é impraticável que um transporte interno chegue a custar 25 dólares porque não temos a ferrovia. Porque o transporte rodoviário, sabidamente é muito caro.

Então, foi um passeio pela informação. O Deputado Fuad Nacli usou a expressão "passeio" e eu até acato, porque foi um passeio pelo conhecimento. Não conhecia Carajás, fiquei surpreso com o que vi e surpreso ao saber que só nas áreas medidas em Carajás, o Brasil tem seiscentos

anos para explorar os minérios.

E chegamos à conclusão de que, hoje, o Brasil vive esta penúria com ainda milhões de brasileiros até passando fome. É porque a incompetência, a desonestidade, o despreparo, a má-fé, a corrupção, transformaram este país no caos que enfrentamos hoje. E eu não avalisei e não avalisarei os atos errados praticados no passado.

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Nestor Baptista, Vossa Excelência tem razão quando fala que realmente falta uma união paranaense, quando se trata de conseguir os benefícios para o nosso Estado. Com muita felicidade, citou a questão da Universidade do Oeste.

De fato, precisamos nos unir cada vez mais para poder praticar o que praticam os outros Estados, especialmente os do Norte. Quando, no caso do Sulbrasileiro, que sangrou os cofres públicos, vimos a bancada gaúcha em peso reunida, as de todos os partidos a obrigar o Governo a tomar as medidas econômicas que foram tomadas e a absolver o Sulbrasileiro. E assim, podíamos citar vários exemplos.

Agora Vossa Excelência, aqui no Paraná, quando o Oeste do Estado vem solicitando há mais de vinte anos a Estrada do Colono, ouvimos vozes dissidentes, infelizmente até dentro da nossa própria bancada, em defesa de um pseudo-ecologismo do Parque Nacional do Iguaçu. É o típico exemplo da falta de unidade, alguém querendo ir ao Sr. Sarney pedir para inviabilizar uma obra que é em benefício do Oeste do Estado.

Podíamos citar outros exemplos em que realmente falta maior consciência de serviço ao bem comum do Paraná.

Em relação à Ferrovia da Produção, participei, também, de uma viagem a Carajás e fiquei abismado de ver como no Carajás, no Vale do Rio Doce, foram injetados recursos do Governo, tendo apoio do Governo Federal. O que está sendo carregado para o Norte é realmente assombroso. E nós todos aqui do Sul participamos, indiretamente, destes benefícios que vão para lá, sem nada reclamar.

A Ferrovia da Produção, necessariamente, passa pelo aval da Vale do Rio Doce. Baratear os custos de transporte de cereais, só é possível quando integrado ao carregamento com minérios. E temos a região de Cáceres, no Mato Grosso, onde seria aproveitado o carregamento de minérios, para ser viabilizado o transporte através da exportação do Porto de Paranaguá.

Em um projeto de tamanha valia para o Sul do País, em especial para o Paraná, que viabiliza fazer do Porto de Paranaguá

o maior porto de exportação da América Latina, e indo mais longe, viabiliza até indiretamente aquilo que a América Latina sempre sonhou: ter um mercado comum. O Pacto Andino que foi bombardeado pelos Estados Unidos. Estaríamos aqui oferecendo a Ferrovia da Produção, o passo inicial para formarmos um pacto do Cone Sul em termos de economia e enfrentar o imperialismo norte-americano ou multinacional que fazem dos nossos produtos de exportação, uma jogatina, um cassino onde deixamos os nossos produtores sempre à mercê de melhores preços.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa que o tempo está esgotado.  
Concede mais um minuto para conclusão.

O Sr. Gernote Kirinus - Por isso, lamento que um projeto de tamanha importância seja contestado com acusações de que foi um passeio e uma viagem de mordomias. Acredito que é muito pequena esta argumentação, nobre Deputado, para poder derrubar um projeto de tamanha relevância para o nosso Estado.

O Sr. Fuad Nacli - Eu pediria um aparte ao Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu comunico que tenho apenas um minuto. Se a Presidência der mais um minuto, terei prazer em conceder.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O prazo é improrrogável.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, concluo?

Então, para concluir, já que me resta um minuto, devo dizer que num encontro mantido com o Presidente da República, ficou claro que o grupo japonês Mitsui Corporation, se dispõe a financiar 800 milhões de dólares do valor da obra, e adquirir futuramente o mesmo valor transportado pela Ferrovia.

Empresas de obras do Brasil, tais como, Camargo, Correia, Mendes Jr., C.R. Almeida, Andrade-Gutierrez, já formalizaram um compromisso de intenção, de colocar um capital de 20% em torno da obra orçada em um bilhão e 500 milhões de dólares e os empresários paranaenses também estarão participando.

Obrigado, Sr. Presidente, e peço escusas ao Deputado Fuad Nacli, por ter meu tempo encerrado.

Obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa quer informar ao Deputado Basílio Zanusso que o orçamento da Assembléia está sendo

cumprido rigorosamente, e que Sua Excelência está mal informado quando diz que a Assembléia está gastando 3% do Orçamento do Estado.

Nós estamos gastando exatamente o que nos foi concedido, ainda com economia. No exercício anterior, devolvemos 3 bilhões e 600 milhões de cruzeiros.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela ordem) Já que Vossa Excelência referiu-se nominalmente às minhas palavras, eu gostaria, agradecendo a sua preocupação com as mesmas, que Vossa Excelência fizesse por escrito essa informação a que me referi. São as mesmas palavras usadas nos termos do requerimento de 1984, e que a Assembléia informasse a esse Deputado, ou à Liderança do meu partido, as mesmas perguntas, os mesmos quesitos a que me referi no requerimento, e que fossem com data presente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai informar a Vossa Excelência o solicitado, e quer dizer também que, quando se trata de viagens de Srs. Deputados, essas viagens são precedidas de requerimentos aprovados pela Assembléia, e que Vossa Excelência participou várias vezes. Não é mordomia. É uma viagem necessária, que a Assembléia aprovou.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu contesto, Sr. Presidente! Jamais fiz viagem com dinheiro da Assembléia! Jamais fiz uma viagem de interesse meu, com dinheiro da Assembléia, Deputado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência está ouvindo mal.

Este Primeiro Secretário, durante todo esse tempo, não fez nenhuma viagem por conta da Assembléia, e se estas foram feitas, o foram a serviço da Assembléia e aprovadas pelo Plenário.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Deputado, permita-me. Tenho por Vossa Excelência o maior respeito e a maior estima.

Quando me refiro à Assembléia, não quero me referir ao Deputado Anibal Khury, Primeiro Secretário. Eu gostaria destas informações, porque também responsabiliza o PMDB, que assumiu o Governo. Não estou dizendo que vai mal ou que vai bem. Nós queremos tomar conhecimento, Sr. Presidente. Não há nenhuma desconsideração deste Deputado. Apenas Vossa Excelência eventualmente é o Primeiro Secretário da Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Graças a Deus que o sou, eventualmente.  
Segue-se a sessão.  
Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à



## ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do T.R.E., encarecendo a suspensão do plebiscito marcado para o dia 27 de julho vindouro, no Município de Tapira. - Encerrada a discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai se proceder à chamada nominal.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Sr. Presidente, tendo em vista que os gabinetes dos Srs. Deputados ainda não estão com

sistema de comunicação sonora com este plenário, solicito de Vossa Excelência a suspensão da sessão por cinco minutos, a fim de que os Deputados que estejam nos gabinetes sejam convocados a comparecerem a este Plenário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Isto não existe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa não vai suspender a sessão. Vai fazer a chamada nominal por duas vezes.

(É feita a chamada nominal)

Dezessete Srs. Deputados responderam à chamada.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, às 10:00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

## EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 97/86.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 13/84, 127/85, 33, 126 e 132/86.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 166 e 189/85, e do Projeto de Resolução n. 28/86.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 135/84, 292, 306, 330/85, 42, 90, 111 e 137/86, e dos Projetos de Resolução n. 95/85, 26, 27, 29 a 40, 42 e 43/86.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 208/84, 195/85, 62 e 86/86, e dos Projetos de Resolução n. 17 e 18/86.

Levanta-se a Sessão.